

Ata da Reunião do Comitê de Investimentos – Agosto de 2025

No dia 12 de agosto de 2025, foi realizada reunião na qual o Consultor iniciou sua apresentação abordando o cenário externo referente ao mês de julho. Destacou que o Brasil enfrentou tarifas americanas de até 50%, mas obteve isenções para exportações-chave, minimizando impactos econômicos. Apesar da elevada volatilidade nos ativos domésticos, o real demonstrou resiliência, contribuindo para a estabilidade dos demais ativos.

Na sequência, o Consultor apresentou o cenário doméstico, informando que o IPCA de julho registrou alta de 0,26%, abaixo do consenso de mercado de 0,37%, acumulando 5,23% nos últimos 12 meses. Esse resultado trouxe alívio aos mercados, com alta na bolsa e queda nos juros futuros, reforçando a percepção de que o juro básico da economia está elevado e podendo levar o COPOM a promover cortes em breve. No mesmo dia, os Estados Unidos divulgaram sua inflação de julho, que também veio abaixo das expectativas — alta de 0,20% contra previsão de 0,30% —, fortalecendo a crença de que também haverá cortes de juros no país.

Sobre a inflação medida pelo IGP-M, índice considerado do produtor e dolarizado, o Consultor destacou queda de 0,77% em julho e alta acumulada de 2,96% em 12 meses. Apresentou ainda o Boletim Focus de 8 de agosto, no qual as projeções de mercado indicam IPCA de 5,05% e IGP-M de 1,28% para o ano.

Foi mencionado relatório da ABICON apontando que, até 12/08, a paridade da gasolina apresentava preços mais altos no Brasil que no exterior, enquanto o diesel estava mais barato internamente. Em relação ao mercado de trabalho, o Consultor informou que a taxa de desemprego medida pela PNAD Contínua, referente ao trimestre encerrado em junho/2025, atingiu 5,8% — a menor da série histórica —, com número recorde de 102,3 milhões de ocupados e máximas também na carteira assinada, no rendimento médio e na massa salarial. O CAGED apontou saldo positivo de 166.621 vagas formais no período.

O Consultor abordou ainda a decisão do COPOM, de 30/07, de elevar a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, de 14,75% para 15% ao ano, movimento inesperado pelo mercado e que gerou ajustes negativos na bolsa e nas curvas de juros. Encerrando sua exposição, apresentou os principais resultados de benchmarks, com destaque para o CDI, que registrou rendimento de 1,28% no mês. Em julho de 2025, a carteira de investimentos da Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Guaratuba apresentou desempenho positivo, com valorização de 1,19% no mês, superando a meta atuarial de 0,72% (IPCA + 5,14% a.a.), acumulando no ano retorno de 7,52% frente à meta de 6,28%. O patrimônio líquido encerrou o período em R\$ 92,39 milhões, resultado de aplicações de R\$ 4,72 milhões e resgates de R\$ 2,41 milhões. A alocação manteve predominância em renda fixa (99,78% da carteira), concentrada em fundos referenciados ao CDI, IRF-M e IMA-B, com destaque para o BB Títulos Públicos (49,32% do total) e Caixa Brasil RF (15,72%).

Na renda variável e estruturados, a participação foi de 0,22%, composta principalmente pelo Austro Multissetorial FIP. Entre os principais resultados mensais, os fundos atrelados ao CDI renderam entre 1,27% e 1,32%, o BB IRF-M 1 obteve 1,19%, enquanto ativos indexados ao IMA-B tiveram desempenho mais moderado, como o LME REC IMA-B (0,16%) e o Austro IMA-B Ativo (-0,91%). Já o LME REC IPCA FIDC recuou 0,55%. A estrutura da carteira manteve-se enquadrada na Resolução CMN nº 4.963/2021, com exceção do Austro IMA-B Ativo, que permanece desenquadrado por exceder limites de alocação em renda fixa, de forma passiva.

Em seguida, o Gestor de Recursos, Sr. Emerson César Machado, apresentou aos membros presentes o processo de credenciamento da instituição financeira Daycoval Asset Management Administração de Recursos Ltda., conforme Termo de Análise e Atestado de Credenciamento nº 0005/2025. Após a exposição das informações referentes à regularidade, experiência de atuação, padrões éticos e enquadramento da instituição nos requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022, a proposta foi submetida à deliberação, sendo integralmente aprovada por todos os presentes.

O Sr Eurides Moro realizou a leitura do Parecer Técnico do Comitê de Investimentos referente ao mês de julho de 2025. O Consultor esclareceu as considerações e dúvidas dos membros do conselho.

Em seguida, o documento foi submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Contudo, registrou-se a pendência de anexar o Balancete Orçamentário referente ao mesmo período, ocasião em que foi esclarecido que a ausência se deveu à recente mudança no sistema de contabilidade. Foi informado, ainda, que o referido balancete será incluído no parecer nos próximos dias.

O Sr Rangel Sena informou sobre o recebimento do fato relevante referente a liquidação do Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia PUMA, inscrito no CNPJ nº 16.617.536/0001-90. O Encerramento do Fundo, com entrega dos ativos/passivos aos cotistas, teve por base o dia 23 de julho de 2025, conforme deliberado na Assembleia Geral de Cotistas realizada em 16 de julho de 2025.

O Sr Eurides Moro informou que a autarquia realizou votação na consulta formal aos cotistas do LME REC IMA-B Fundo de Investimento em Renda Fixa, CNPJ nº 11.784.036/0001-20. O voto seguiu em linha com a orientação do parecer do consultor de investimentos.

Durante a reunião, o consultor apresentou as taxas referenciais dos títulos públicos federais, com destaque para as NTN-B com vencimento em 2032, cuja remuneração encontra-se bastante atrativa, PCA. Ressaltou-se que, por serem títulos marcados na curva quando mantidos até o vencimento, proporcionam maior previsibilidade e estabilidade no retorno, especialmente para o RPPS que pretende carregar o ativo até o final do prazo. Essa estratégia se mostrou mais vantajosa em comparação aos fundos de renda fixa que além de estarem sujeitos à marcação a mercado — o que pode acarretar oscilações negativas no curto prazo — e ainda impõem cobrança de taxa de administração.

Diante do exposto, todos os **membros concordaram com a proposta de realizar aquisições diretas de NTN-B com vencimento em 2032** e houve consenso para a alocação com vencimento em 2032. A decisão considerou a liquidez financeira da

autarquia, a qual permite a diversificação em ativos com marcação na curva. Para tanto, deliberaram pelo resgate de recursos do fundo BB TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA REFERENCIADO.

Assinaturas:

Comitê De Investimentos	CPF	Assinaturas
Emerson Cesar Machado (Gestor De Recursos)	XXX.XXX.XXX-XX	
Eurides Moro	XXX.XXX.XXX-XX	
Rangel de Sena dos Santos	XXX.XXX.XXX-XX	
Pery de Oliveira (CONSULTOR)	XXX.XXX.XXX-XX	